

GIL DEFENDE CONSELHO

MINISTRO DA CULTURA DIZ QUE ÓRGÃO QUE FISCALIZA O TOMBAMENTO NÃO SERÁ EXTINTO PELA CÂMARA

DF - Brasília

ALINE FONSECA

DA EQUIPE DO CORREIO

O Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb) ganhou ontem mais um aliado. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, saiu em defesa do órgão, que corre o risco de ser extinto pelos deputados distritais: "Não vamos deixar acabar com o conselho para não termos retrocessos na questão imobiliária no Distrito Federal".

Quando disse questão imobiliária, o ministro se referia ao problema da ocupação de terras públicas no DF, tema de interesse direto do governo federal. Mais de 30 mil hectares invadidos são de posse da União. A defesa de Gil ao Conpresb ocorreu no estado do Rio de Janeiro. O ministro foi até Niterói se encontrar com Oscar Niemeyer para visitar o grupo de obras projetado pelo arquiteto na cidade. A finalidade era também aproveitar para conversar, entre outras coisas, sobre a situação de Brasília. Niemeyer, 96 anos, não foi e Gil encerrou a visita assistindo à apresentação da Orquestra Aprendiz, de alunos da rede de ensino municipal.

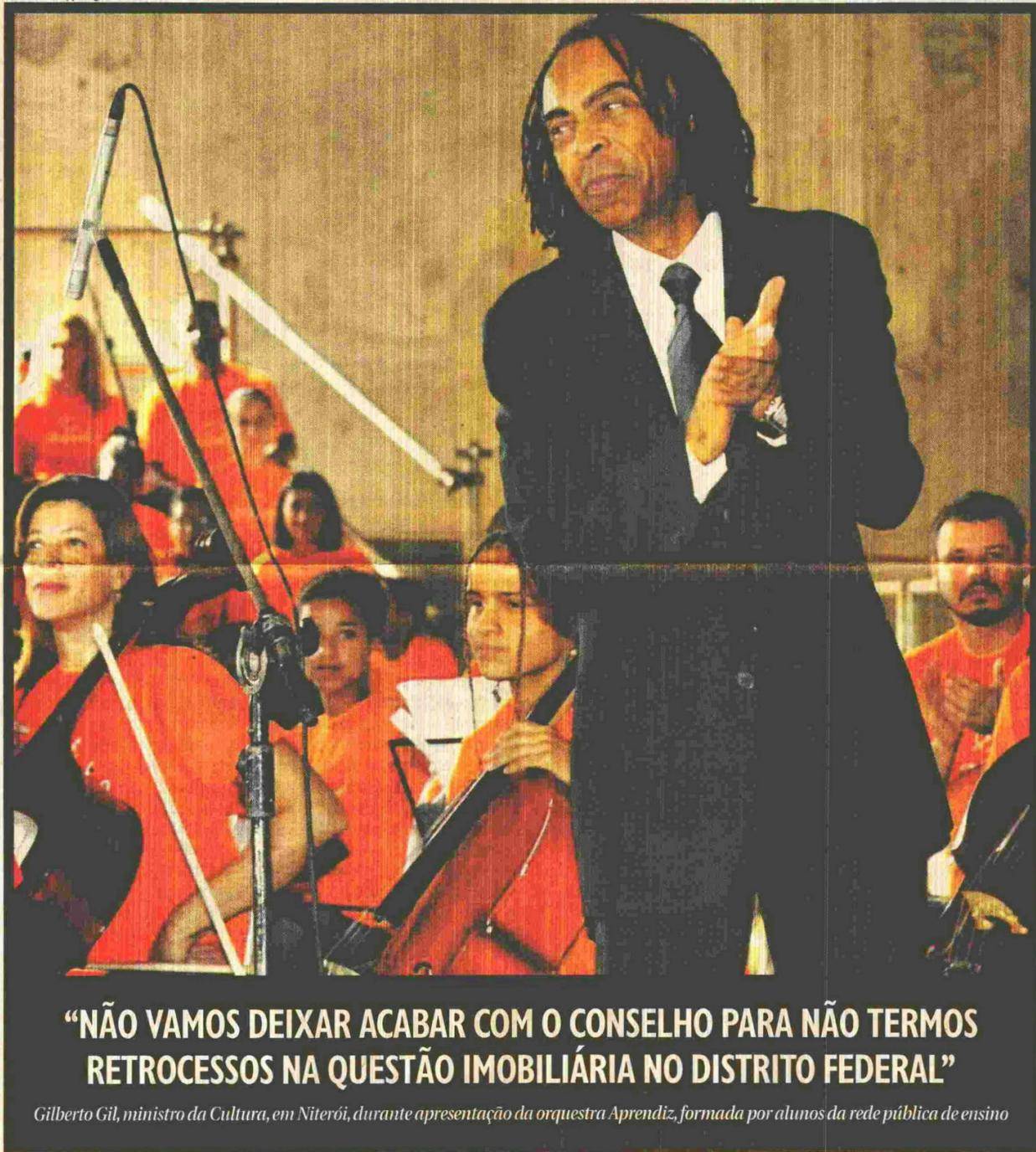
O Ministério da Cultura, entretanto, não tem poderes para evitar a extinção do Conpresb. Caso seja necessária, a ação vai partir da presidência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Amparado por legislação específica para áreas tombadas, o Iphan tem poderes para intervir na capital federal.

O presidente do Iphan, Antônio Augusto Arantes, não vai se pronunciar sobre o assunto até que a Câmara Legislativa tenha votado em segundo turno o projeto de extinção do conselho. Enquanto em Brasília se discute o fim ou não do conselho de preservação, Arantes está em Paraty (RJ), em seminário com representantes da Unesco discutindo os rumos da preservação no Brasil. Em entrevista ao *Correio* no sábado, ele afirmou que "o Conpresb é um canal de diálogo técnico e institucional com o órgão".

A extinção do conselho também é malvista pelo Ministério Público do DF. O promotor Paulo José Leite, responsável pela defesa da área tombada de Brasília, vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) caso a Câmara aprove o projeto que determina o fim do Conpresb. Leite, no entanto, não acha necessário uma intervenção do governo federal. "Cabe ao DF resolver isso", disse. "O conselho dá efetividade no âmbito distrital e é o local onde a problemática urbanística chega a um consenso", defendeu.

A proposta de extinguir o conselho, de autoria do distrital Leonardo Prudente (PMDB), não tem apoio do Ministério Público. Discute-se, inclusive, a constitucionalidade do projeto. "O Conpresb é um órgão da administração direta e somente um projeto do Poder Executivo poderia mudar isso. A iniciativa não poderia ser do deputado", explica o assessor de controle de constitucionalidade do procurador de Justiça do DF, Pedro Oto de Quadros.

Marizilda Cruppe/Ag. O Globo



"NÃO VAMOS DEIXAR ACABAR COM O CONSELHO PARA NÃO TERMOS RETROCESSOS NA QUESTÃO IMOBILIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL"

Gilberto Gil, ministro da Cultura, em Niterói, durante apresentação da orquestra Aprendiz, formada por alunos da rede pública de ensino